



DIREÇÃO-GERAL DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

DIREÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CENTRO

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ANADIA

ATA NÚMERO VINTE E CINCO DA REUNIÃO DO CONSELHO GERAL

-----Aos dezasseis dias do mês de março do ano de dois mil e dezasseis, pelas dezoito horas, reuniram na Sala de Reuniões (1D04) da Escola Básica e Secundária de Anadia, sob a presidência de Patrícia Miguel Santos Alves Flores, os elementos do Conselho Geral eleitos, e com a presença dos elementos de duas entidades cooptadas, Unidade de Cuidados na Comunidade de Anadia, Silvana Ferreira Marques e Instituto de Emprego e Formação Profissional, José António Gomes e sem a presença do elemento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Anadia, João Paulo Anjos.-----

-----Antes do início dos trabalhos a Presidente do Conselho Geral fez a apresentação dos elementos cooptados ali presentes, dando as boas vindas e agradecendo a aceitação do convite feito pelo Agrupamento de Escolas para fazerem parte daquele órgão. De seguida, pediu a cada elemento que se apresentasse e indicasse quem representava para que todos passassem a conhecer-se. Passou a ler o “Termo de Posse” dos elementos do Conselho Geral, tendo os dois elementos cooptados assinado o respectivo documento.-----

-----A Presidente passou depois a ler a convocatória, com a ordem de trabalhos para a reunião, a qual constava de cinco pontos, os quais vão abaixo discriminados.-----

-----Ponto um - Coptação dos representantes da comunidade local.-----

-----Ponto dois - Aprovação do Regimento do Conselho Geral.-----

-----Ponto três - Constituir uma comissão permanente de acompanhamento da atividade do agrupamento de escolas.-----

-----Ponto quatro - Aprovar o mapa de férias do Diretor.-----

-----Ponto cinco - Analisar e aprovar alterações ao Regulamento Interno.-----

-----A Presidente do Conselho Geral deu início aos trabalhos com a aprovação da ata da reunião anterior, tendo auscultado os presentes sobre alguma proposta de alteração ao texto da mesma, não tendo surgido nenhuma, pelo que a mesma foi

aprovada por unanimidade. De seguida, lembrou que o regimento do Conselho permitia a possibilidade de qualquer elemento introduzir algum tema ou tópico a ser debatido previamente à Ordem de Trabalhos não tendo surgido qualquer proposta para tal.-----

-----Passou-se então ao ponto dois da ordem de trabalhos. A Presidente sugeriu algumas alterações nos pontos três e oito do artigo sétimo para estar de acordo com o novo Código do Procedimento Administrativo. Passou-se a uma análise do regimento Interno artigo a artigo começando pela alínea a) do artigo 2.º No artigo 3º foi retirado o número um. O professor Carlos Couto disse então que ele e a professora Alexandrina Leitão sugeriram que entre os atuais artigo 3º e o artigo 4º fosse incluído um artigo sobre a organização do Conselho Geral, definindo a eleição do seu Presidente, suas competências e as dos demais elementos, suspensão ou perdas de mandato e alterações da composição do Conselho Geral pela saída de algum elemento por qualquer razão. A Presidente do Conselho Geral respondeu, informando, que tal estava estabelecido no Decreto-Lei nº 75/2008, com a nova redação dada pelo Decreto-Lei nº 137/2012, referindo que se achassem importante se poderia colocar no Regimento o que estava na legislação. Os professores Carlos Couto e Alexandrina Leitão afirmaram que as suas propostas eram no interesse de que os elementos cooptados para o Conselho Geral pudessem participar na eleição do Presidente e que ela ocorresse na segunda reunião já com a presença destes membros. O professor Paulo Flores referiu que a questão seria as pessoas terem direito também a participar na eleição mais do que o conhecimento entre as pessoas que estavam ali. O professor Artur Melo perguntou então quem dirigiria os trabalhos nas reuniões até ser eleito o Presidente. A Presidente interveio então para informar que o Código do Procedimento Administrativo previa que nestas situações as reuniões seriam dirigidas pelo elemento mais antigo do órgão. A professora Alexandrina Leitão afirmou que se os três elementos tinham direito de voto em todos os processos era legítimo que também participassem na eleição do Presidente. A Presidente do Conselho Geral interveio para lembrar que aquele era um órgão colegial e que existiam assim duas propostas, uma de alteração e outra de manutenção, que deveriam ser votadas. Antes de se proceder à votação o professor Paulo Carvalho perguntou se era legal legislar sobre proibir a abstenção e se tal não era cercear a liberdade de voto, pois a abstenção era uma tomada de posição, tendo o representante do pessoal não docente Pedro Silva dito que tal situação já estava prevista no antigo Regimento, tendo a Presidente do Conselho Geral acrescentado

que tal decorria do novo Código do Procedimento Administrativo. O representante do IEPF-Instituto de Emprego e Formação Profissional interveio para dizer que se o presidente só seria eleito novamente dali a quatro anos achava extemporâneo estar-se a votar ali o tema. A educadora Fernanda Pereira lembrou então que a atual Presidente em representação da Associação de Pais e Encarregados de Educação podia por algum motivo perder a representatividade daquela entidade e que naquele caso concreto o seu mandato podia não ser de quatro anos. Foram então as duas propostas a votação, sendo uma de manter o que estava estipulado no anterior Regimento do Conselho Geral, proposta A, e, uma de alteração, proposta B, com o seguinte resultado:-----

-----Proposta A - onze votos.-----

-----Proposta B - seis votos.-----

-----Todos os elementos estiveram de acordo em que o Regimento referisse que em relação ao mandato o mesmo era regulamentado pelo Decreto-Lei nº 75/2008. -----

----- No artigo 5º “Reuniões e Convocatórias” o elemento do pessoal não docente Pedro Silva apresentou a proposta de que se passasse de cinco para sete dias úteis no envio da convocatória, pois tinha havido uma alteração na data da realização daquela reunião de que só tinha tido conhecimento no próprio dia, tendo a Presidente informado que só com o envio da Convocatória ficava definitivamente marcada a reunião. A educadora Fernanda Pereira afirmou que mais pertinente que o envio da convocatória era o dos documentos a analisar, que podendo ser muito extensos necessitavam de tempo suficiente para uma análise, enquanto a professora Alexandrina Leitão referiu que o Regulamento Interno poderia também ter sido disponibilizado aos novos elementos. Foi aprovada por unanimidade a proposta de alteração de envio das convocatórias para as reuniões com um mínimo de sete dias úteis de antecedência. No artigo 7º foram aprovadas as alterações acima referidas pela Presidente do Conselho Geral. No artigo 8º o representante do pessoal não docente Pedro Silva propôs que no caso de faltas de um elemento ele pudesse ser substituído pelo segundo elemento da mesma lista. Foi informado que em certos casos só após três faltas podia haver substituição, mas nunca em situações pontuais, pois só um era eleito. A professora Alexandrina Leitão e o professor Carlos Couto chamaram a atenção sobre a substituição de um elemento, que perdesse o mandato, pelo primeiro elemento da mesma lista não eleito pois como estava o enunciado parecia que era substituído por um elemento suplente no que foi aprovado por todos.

No artigo 9º “Atas” o representante do pessoal não docente Pedro Silva apresentou a proposta que a Presidente nomeasse um secretário encarregue das mesmas ou que fossem feitas alternadamente entre os membros do pessoal docente e não docente. A Presidente do Conselho Geral respondeu-lhe que o procedimento da elaboração das atas já tinha alguns anos e que no seu ponto de vista é profícuo, pois assim havia mais tempo para a envolvimento no trabalho, e quem tivesse que fazer a ata poderia estar mais ocupado a registar, participando menos nos assuntos abordados. O professor Paulo Carvalho sugeriu que mantendo-se a situação se introduzisse um “bónus” de um dia ao funcionário que elaborasse a ata, tendo o Diretor afirmado que tal já estava salvaguardado e que haveria lugar à compensação necessária mesmo que ela ultrapasse um dia. A Presidente propôs então que o assunto fosse a votação, sendo a proposta A - eleição/nomeação de um secretário, proposta B - rotatividade entre docentes e não docentes e proposta C - manutenção do formato já adotado, de que resultou o seguinte resultado:-----

-----Proposta A - zero votos.-----

-----Proposta B - um voto.-----

-----Proposta C - dezanove votos.-----.

-----Analisou-se em seguida o artigo 10º “Comissões”, o artigo 11º “Expediente” e o artigo 12º “Disposições finais”, tendo neste os professores Carlos Couto e Alexandrina Leitão sugerido neste que fosse colocado um número cinco que obrigasse a que o Regimento fosse colocado na página do Agrupamento de Escolas na área do Conselho Geral tendo a Presidente chamado a atenção que aquele era um documento que apenas dizia respeito aquele órgão e que não tinha de ser público, mas que poderia estar em área reservada e que, após aprovação, seria enviado a todos os membros.---

-----Passou-se ao ponto três da ordem de trabalhos “Constituir uma comissão permanente de acompanhamento da atividade do agrupamento de escolas” tendo a Presidente informado que tal estava previsto no Decreto-Lei nº 75/2008, com a nova redação do Decreto-Lei nº 137/2012, tendo referido que como não podia estar diariamente na Escola sentia a necessidade de constituir uma comissão, tendo então apresentado uma proposta de cinco elementos, respeitando a proporcionalidade de cada grupo representado, sendo a mesma constituída por Artur Melo, Pedro Vale e Alexandrina Leitão pelos docentes, António Carvalho pela autarquia e Maria Amália Meneses pelo pessoal não docente. A professora Alexandrina Leitão informou que por complicações familiares não lhe era muito fácil naquele momento aceitar, não sabendo se implicava muitas reuniões. A educadora Fernanda Pereira disse então que

não sabia que já existia uma lista, mas que ao ver a Convocatória da reunião ponderava integrar aquela comissão devido ao seu trabalho enquanto Coordenadora da Equipa de Autoavaliação e fazer parte daquela comissão permitir-lhe-ia um maior acompanhamento e visibilidade do decorrer das atividades no Agrupamento. A Presidente do Conselho Geral referiu que os elementos deveriam ser em número ímpar para, por exemplo, não existirem empates nas votações tendo o representante do pessoal não docente Pedro Silva avançado a proposta de serem sete os elementos, com um elemento dos pais/encarregados de educação e um dos alunos, referindo que os primeiros gostavam de saber o que se passa no Agrupamento relativamente aos seus filhos e que os alunos tem direito as manifestar-se sobre as atividades do Agrupamento que a eles diz respeito. A representante da Unidade de Cuidados na Comunidade de Anadia disse que fazia todo o sentido a presença de um aluno. A professora Alexandrina Leitão informou então que disponibilizava o seu lugar a favor da educadora Fernanda Pereira o que foi aceite. A Presidente do Conselho Geral disse que não tinha proposto nenhum elemento dos alunos porque não sabia se teriam disponibilidade atendendo ao tempo dedicado aos seus estudos, tendo então perguntado às duas alunas presentes da sua disponibilidade, tendo a aluna Filipa Rocha afirmado que achava que não fazia sentido enquanto a aluna Carolina Oliveira achou que sim, pelo que aceitou o convite feito. A educadora Fernanda Pereira realçou que se falava muito na importância que se dava à participação dos alunos mas que não existia o hábito de os envolver nas decisões em tudo o que lhes dizia respeito, salientando a Presidente do Conselho Geral que eles faziam parte de diversos órgãos do Agrupamento de forma efetiva e ativa, tendo de seguida informado que para não haver constrangimentos com o número par de elementos na comissão permanente pedia a um representante de pais/encarregados de educação que a integrasse sugerindo o nome de Sérgio Fontes, que aceitou a integração na comissão. Foi então aprovada por unanimidade a constituição da comissão permanente, com os seguintes elementos: Artur Melo, Pedro Vale, Fernanda Pereira, Maria Amália Menezes, António Carvalho, Sérgio Fontes e Carolina Oliveira.-----

-----Passou-se ao ponto quatro da ordem de trabalhos - “Aprovar o mapa de férias do Diretor”. O pedido do período de férias de vinte e oito de julho a trinta e um de agosto, no total de vinte e quatro dias, foi aprovado por unanimidade.-----

-----Passou-se ao ponto cinco da ordem de trabalhos - “Analisar e aprovar alterações ao Regulamento Interno”. A Presidente do Conselho Geral informou que o Regulamento Interno tinha sido enviado em anexo à convocatória da reunião e que

ele era extenso e que se iria adotar a mesma metodologia de trabalho e que se seguiria a ordem crescente para analisar as alterações. O Diretor afirmou que havia três capítulos já revistos em reunião anterior e que eram referentes aos “Direitos e deveres dos alunos”, informando que a metodologia seguida tinha sido recolher diferentes opiniões dos diversos departamentos, as quais foram compiladas e integradas na proposta do novo Regulamento Interno. Disse que se tinham preocupado mais com a reformulação do conteúdo do que com a forma mas para não se perder a estrutura do documento inicial se decidiu pela reformulação direta dentro de cada capítulo, tendo-se procurado por outro lado simplificar, isto é, o texto que está na legislação foi retirado, fazendo-se apenas referência à mesma, com algumas exceções. Disse ainda que também tinha sido feita uma atualização das referências à lei pois muita legislação já estava revogada. Passou-se então à análise do documento, tendo a representante dos pais/encarregados de educação Joana Trindade proposto a alteração do artigo 17º, que estabelece que o Conselho Geral deve rever o seu Regimento Interno nos trinta primeiros dias úteis do seu mandato, passando a estar estabelecido que seja na segunda reunião, proposta que foi aprovada por unanimidade. Interveio a educadora Fernanda Pereira para dizer que não se identificava com aquele documento, sublinhando que havia coisas sem nexo, apontando o caso dos serviços Técnico-Pedagógicos que constavam em dois lados, dos quais, segundo a lei, fazem parte as Bibliotecas Escolares, dos Cursos Profissionais e Vocacionais que não estavam integrados, no seu entender mal, nos departamentos e na oferta educativa, no recurso sistemático à referência da lei, encontrar informação que está na lei esmiuçada ao pormenor e propondo que quando se refere a lei devem existir links/ligações que conduzam diretamente para a mesma e que sendo um documento interno deve conter exclusivamente os assuntos que são específicos do Agrupamento. Sublinhou também que embora o Conselho Geral fosse o órgão máximo do Agrupamento era o Diretor quem dava a cara pelo mesmo e que sobre ele a informação disponível se resumia à referência à lei e que sobre os Coordenadores existiam muitas páginas devendo pois adotar-se a mesma lógica de remissão para a lei. O Diretor disse que concordava pois era apologista da simplificação e da sistematização e que tinham achado mais importante a aprovação do conteúdo e depois a forma. Tinha-se procurado manter a estrutura que havia e ver o que se retirava e o que se acrescentava não se perdendo a estrutura antiga e que as palavras da educadora eram de melhorias ao documento. Salientou que no momento atual tinham sentido que era necessário aprovar aquele documento, mesmo que com

eventuais alterações, pois nalguns capítulos como na avaliação dos alunos, alguns aspetos já tinham sido revogados e que os alunos e os seus encarregados de educação não fizessem uma leitura e interpretação de algo que já não estava na lei. Reafirmou que o documento estava sempre em aberto e que se dali saísse uma proposta, um pedido para que a Direção e as suas equipas fizessem uma reflexão aprofundada sobre as mesmas concordava. A representante dos pais/encarregados de educação Paula Gama chamou a atenção que havia que salvaguardar a parte dos alunos e pais pois ao simplificar e remeter para a lei eles não iriam ler a lei e que o documento devia estar escrito de forma simples, no que foi secundada pelos professores Carlos Couto e Alexandrina Leitão, naquilo que dizia respeito aos direitos e deveres dos alunos e pais/encarregados de educação, realçando a realidade destes no Agrupamento de Escolas de Anadia. A educadora Fernanda Pereira disse que achava que o documento deveria ficar disponível para o Conselho Geral em “vinte ou trinta” páginas e para consulta de alunos e pais/encarregados de educação em “duzentas ou trezentas” páginas, com toda a legislação anexa, ficando um exemplar disponível por escola ou centro escolar. Os professores Carlos Couto e Alexandrina Leitão reforçaram que o Regulamento Interno deveria estar disponível nas escolas em formato de papel porque quando algo corre mal se remete para o mesmo. Avançou-se para a análise do documento, tendo-se corrigido alguns pormenores de ortografia. No artigo 13º o professor Carlos Couto propôs a retirada da palavra “obrigatoriamente” de forma a ficar em concordância com o que se apresenta em lei que é “sempre que possível”. O professor Artur Melo propôs alterações no artigo 14º - ponto cinco e no artigo 37º. A educadora Fernanda Pereira disse que no artigo 27º havia alguma confusão com a representação no Pedagógico dos Serviços dos Técnico-Pedagógicos, tendo sido feitas algumas alterações. No artigo 39º “Competências dos Departamentos”, sob proposta do professor Artur Melo, foram feitas algumas alterações, assim como no artigo 40º. O professor Pedro Vale interveio para manifestar que era importante ir-se à análise das ideias fundamentais, se as ideias dos mesmos estavam bem estruturadas e não à ortografia, que esse devia ter sido um trabalho feito a montante. Disse o professor Pedro Vale que no artigo 127º estava contido uma alínea com o assunto da conversão das três faltas de material numa injustificada que já tinha sido debatida numa reunião anterior e que não foi aceite e propôs a retirada desse ponto que era o três. O professor Carlos Gata sobre o artigo 125º “Faltas de pontualidade” propôs que elas fossem equiparadas a faltas injustificadas não a cada três mas a cada duas para melhor disciplinar o

comportamento dos alunos que sistematicamente chegavam tarde porque sabiam que só depois de três era convertida em falta injustificada. O professor Pedro Vale disse que concordava com o colega mas que devia ser o programa a fazer essa conversão, ao que o Diretor explicou que não o fazia, e que a pontualidade seria avaliada de acordo com os critérios de avaliação de cada disciplina e a falta de pontualidade seria um registo que iria entrar na avaliação. O professor Carlos Gata disse que o aluno sentiria de forma mais evidente a penalização se ela fosse aplicada naquelas circunstâncias, tendo o professor Pedro Vale afirmado que concordava com o Diretor e que já tinha manifestado sobre as faltas de material que deveriam ter um peso maior nos critérios de avaliação da disciplina e que deveria ser uma questão de reflexão que tivesse o mesmo peso na avaliação de todas as disciplinas, tendo a representante dos pais/encarregados de educação dito que devia até ser um exemplo para o mercado de trabalho. O professor Artur Melo recordou que o tema já tinha sido analisado em Conselho Geral várias vezes e que se tinha chegado sempre à mesma conclusão: que não era exequível, não trazia mais valias, tinha sido votado por largas maiorias que não acontecesse a conversão em falta, que havia novas pessoas com novas opiniões e que se estava novamente a discuti-lo mas que continuava a não ver vantagens práticas. A Presidente do Conselho Geral deu a palavra à representante dos alunos Carolina Branco que afirmou que os alunos se sentiam confortáveis ao chegar atrasados porque havia muitos professores que não convertiam as faltas de pontualidade em faltas injustificadas, tendo o professor Carlos Gata respondido que nesse caso não estavam a cumprir. Foi então aprovada a eliminação da transformação das faltas de pontualidade em faltas injustificadas. O professor Carlos Gata perguntou então o que deveria responder a um aluno que lhe perguntasse aonde estava escrito se lhe comunicasse que lhe tinha marcado uma falta injustificada por ter atingido três faltas de pontualidade. O Diretor respondeu que não era isso que se pretendia, mas que o aluno sentisse que era penalizado na avaliação e que fora isso não existia a conversão das faltas. A professora Alexandrina Leitão chamou a atenção que se o aluno chegava sistematicamente atrasado à aula quebrava o ritmo da aula e que se ele era penalizado na avaliação, os outros colegas também o eram no ritmo de aprendizagem pela quebra de ritmo. A representante dos pais Paula Gama interveio para sublinhar que com alguns professores os alunos não chegavam atrasados.-----

-----Avançou-se novamente na análise do Regulamento e a representante dos pais Paula Gama disse que não percebia o artigo 55º, número treze, alínea b) e pediu que

o mesmo fosse melhor explicado o que aconteceu. A educadora Fernanda Pereira avançou para o artigo 76º pois achou que o título do artigo estava mal pois não era sobre a CPCJ mas a representação do Ministério da Educação ou do Agrupamento de Escolas naquele órgão. A representante dos pais Joana Trindade interveio para referir alguns artigos que estavam interligados que eram o 58º, o 124º-número dois e 131º-número três, que já tinham sido debatidos noutra reunião e que visava que os pais/encarregados de educação soubessem logo no dia o que se passava com os seus filhos/ educandos quer com faltas quer com outros aspetos, respondendo o professor Pedro Vale pela sua experiência de Diretor de Turma que naqueles casos imediatamente entrava em contacto com o encarregado de educação. A representante dos pais Paula Gama recordou que já tinha sido discutido que houvesse um alerta em que desde o momento que fosse registado seguiria um email para o encarregado de educação e que havia estabelecimentos a fazê-lo, tendo a Presidente do Conselho Geral dito que ficavam ali registadas uma série de propostas de atuação. Entre os vários presentes ficou registado que estes alertas deveriam recair sobre faltas de pontualidade, de material, de presença e injustificadas. O professor Pedro Vale e o Diretor alertaram para o facto de em caso de engano nalguma situação por parte do Diretor de Turma se “alertar” indevidamente um encarregado de educação. Passando de seguida ao artigo 126º sob proposta da representante dos pais e encarregados de educação Joana Trindade que fala no material escolar necessário aos alunos no início do ano escolar e a forma de dar conhecimento deles aos encarregados de educação no início do ano letivo. O professor Carlos Couto interveio para solicitar que no artigo 128º fosse alterado relativamente ao equipamento de educação física que era regido pelo regimento de educação física. Foi também analisado o artigo 190º sobre a gestão por parte da Autarquia do pessoal não docente dos estabelecimentos do ensino pré-escolar e do primeiro ciclo pois a autarquia não gere todo esse pessoal. Sob proposta da representante dos pais Joana Trindade passou-se ao artigo 149º número dois - “Medidas Disciplinares” e a sua comunicação aos pais quando o aluno é maior e já o seu próprio encarregado de educação, tendo o Diretor lembrado que a lei só obriga a isso quando o aluno é menor. Passou-se ao artigo 208º sobre proposta da representante dos pais/encarregados de educação Joana Trindade e das representantes dos alunos Carolina Oliveira e Filipa Rocha que versava a proibição de marcação de mais de três testes na mesma semana. A Educadora Fernanda Pereira declarou que o Regulamento agora aprovado deve ser

alvo de melhoria, com a brevidade possível, na medida em que estando disponível na página do Agrupamento constitui um dos elementos que dá rosto ao Agrupamento. ---
----- O professor Pedro Vale terminou a análise ao documento passando a agradecer a todos quantos tinham colaborado naquele documento com bastante trabalho e que tecia um elogio à equipa que o fizera. Foi então o novo Regulamento Interno aprovado por unanimidade de todos os presentes.-----
-----Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata -----

A Presidente do Conselho Geral

(_____)

Patrícia Míquel Alves Flores

O Secretário

(_____)

Paulo Lapa